

VI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH / 1994

" De grande capital a mera cidade..." - o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília.

Marly Silva da Motta

Dentro de vinte e um meses a capital da República será transferida para Brasília. Ninguém mais nutre dúvida a respeito... Trata-se de cuidar da sorte da mais bela e da maior cidade brasileira(...) Não é mais possível fechar os olhos à realidade, encolher os ombros e dizer vagamente que a matéria já está regulada nas disposições transitórias da Constituição..." (*Jornal do Brasil*, 12/7/1958)

No mesmo dia em que o *Jornal do Brasil* publicou o artigo acima citado, intitulado Estado, território ou reintegração ao Estado do Rio ?, o *Correio da Manhã* iniciou também a publicação de um conjunto de trinta e duas reportagens que, sob o sugestivo título de Que será do Rio?, reuniu opiniões de expressivas figuras do Distrito Federal e do Estado do Rio acerca do futuro da cidade do Rio de Janeiro após a mudança da capital para Brasília.¹ A esses dois importantes jornais se juntou a *Tribuna da Imprensa* que, nesse mesmo período, igualmente dedicou várias matérias ao mesmo tema, numa clara indicação de que esse era um assunto que então mobilizava a imprensa carioca.

O objetivo dessa comunicação é refletir sobre esse debate, a partir de uma temática mais ampla que venho desenvolvendo em minha tese de doutorado, e que visa discutir a identidade político-administrativa do Rio de Janeiro, abordando particularmente o período em que a cidade se transformou no Estado da Guanabara (1960-1975).

Interessado, portanto, em compreender o processo que orientou a inserção da ex-capital federal - como novo e especial membro - no conjunto federativo, esse trabalho tem uma dupla preocupação. Em primeiro lugar, identificar que fatores, em meados de 1958, propiciaram a eclosão desse debate sobre o futuro do Distrito Federal. Nesse sentido, dois aspectos ganham especial relevo. De um lado, a evidente percepção da irreversibilidade da

¹ A série Que será do Rio? se estendeu de 12 de julho a 21 de agosto de 1958.

transferência da capital para Brasília, advinda não só do rápido andamento das obras², mas principalmente do entendimento político de Juscelino Kubitschek com setores da oposição, contornando obstáculos que se antepunham à aprovação da nova capital. Como afirma Juracy Magalhães, presidente da União Democrática Nacional/UDN (1957-59),

"evitei posturas de intransigência com seu governo. Votei, por exemplo, a favor da mudança da capital e apoiei a construção de Brasília, que poderia ter obstaculizado, dada minha função de relator de receita da Comissão de Finanças e presidente da Comissão de Economia do Senado".³

Nesse caso, não era mais possível "encolher os ombros e fechar os olhos à realidade", já que a sorte da "mais bela cidade brasileira", da grande capital imperial e republicana, estava em jogo.

Ao mesmo tempo, abre-se à disputa política um espaço "novo", cujo ordenamento político, jurídico e administrativo ainda não estava regulamentado. Espaço, acima de tudo, ambicionado, em virtude da acentuada politização decorrente da sua condição de "caixa de ressonância " das questões nacionais, com uma população alfabetizada, concentrada no meio urbano, e representando um dos mais expressivos contingentes eleitorais do país.⁴ Não por acaso, o encaminhamento do futuro da então capital federal envolvia uma intrincada rede de interesses político-partidários que, - como ficou evidente nas eleições de 1958 -, partia do nível federal, e se irradiava pelas estruturas estadual e local.

. As eleições de 1958 e o futuro do Distrito Federal

A bibliografia sobre a história política recente do país, em especial aquela dedicada ao estudo dos partidos políticos, destaca pelo menos três aspectos que teriam conferido ao pleito de 1958 um caráter todo especial.⁵ A começar pela consagração de práticas

² Ver José William Vesentini, *A capital da geopolítica*, São Paulo, Ática, 1986; Luiz Carlos Lopes, *Projeto Brasília: modernidade e história*, São Paulo, USP, 1992 (tese doutorado-mimeo); James Holston, *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

³ Juracy Magalhães, em *Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias*, coordenado por Alzira Alves de Abreu, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p.143.

⁴ Ver José Artur Rios, Guanabara, em Temístocles Cavalcanti e Reisky Dubnic, *Comportamento eleitoral no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1964.

⁵ Ver, dentre outros, Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1983; Lucia Hippolito, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Maria Vitória Benevides, *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Maria

"populistas" que, a partir de então, invadiram redutos tradicionalmente avessos a esse tipo de fazer política. É o caso, por exemplo, da UDN que, sob a presidência de Juracy Magalhães, aderiu ao lema "ser popular sem ser populista", bem configurado aliás nas "caravanas da liberdade" que percorreram todo o país, ou mais especificamente, no "caminhão do povo" que comandou a campanha de Afonso Arinos ao Senado pelo Distrito Federal.⁶

Essa política de popularização da UDN, acompanhada de uma linha mais "realista", e portanto, menos intransigente na oposição ao governo Kubitschek,⁷ correspondeu a uma aproximação do partido com o PTB, seu mais tradicional rival. Mas as alianças PTB/UDN, que proliferaram em 1958 para a conquista dos governos estaduais, deveram-se igualmente ao estímulo das lideranças nacionais petebistas, que viam nessa reorganização do quadro partidário uma excelente oportunidade de avançar nos ricos filões eleitorais do PSD.⁸ Como bem notou Maria do Carmo C.de Souza, os atritos entre o PTB e o PSD recrudesceram, "adquirindo particular virulência nas eleições de 1958".⁹

Finalmente, as eleições de 1958 tiveram uma íntima relação tanto com a próxima campanha presidencial em 1960, quanto com a realização do primeiro pleito direto para o governo da ex-capital federal, que se daria nesse mesmo ano, de acordo com a Emenda Mozart Lago, aprovada em 3 de julho de 1956. A viabilidade da candidatura à presidência do udenista Juracy Magalhães como um nome de "unidade nacional", por exemplo, dependia da sua capacidade em angariar apoio nas áreas oposicionistas, sobretudo no PTB. Daí a posição favorável do então presidente da UDN a uma nova política de acordos e alianças locais, que não só evitasse as "derrotas gloriosas" do partido, mas que principalmente lhe garantisse, em termos pessoais, uma sólida base para pretensões futuras.¹⁰

Foi nesse contexto que eclodiu a crise da UDN do Estado do Rio de Janeiro, a partir da convenção de 11 de junho de 1958, que decidiu apoiar as candidaturas do petebista

Celina Soares D'Araújo, *A ilusão trabalhista. O PTB de 1945 a 1965*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989 (tese doutorado-mimeo).

⁶ Ver Carlos Lacerda, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p.

⁷ Sobre a oposição entre os "realistas", liderados por Juracy Magalhães, e os "bacharéis", Prado Kelly à frente, ver Maria Vitória Benevides, op.cit., p.100-05.

⁸ Ver Lucia Hippolito, op.cit., p.191-92.

⁹ Maria do Carmo C.de Souza, op.cit., p.147.

¹⁰ Ver Carlos Lacerda, op.cit., p.201.

Roberto da Silveira ao governo do estado, e do ex-ministro da Saúde de Vargas(1953-54) e ex-governador do Rio de Janeiro(1955-58), Miguel Couto Filho ao Senado. Se, por um lado, não há como negar o peso do "realismo" nessa decisão da seção fluminense da UDN¹¹, por outro, é preciso notar que a identidade do partido no Rio de Janeiro foi constituída em oposição ao PSD de Amaral Peixoto. E, embora alguns "bacharéis" da UDN/RJ, como Raul Fernandes, considerassem a aliança da UDN com o PTB no Estado do Rio tão estranha quanto "uma senhora de gargantilha de pérolas dançando com um malandro de camisa listrada"¹², outros, como Prado Kelly, mesmo se opondo à aliança com o PTB, afirmava peremptoriamente que "não poderia misturar-se a amaralistas".¹³

Levando-se em conta as tradicionais relações entre a política fluminense e a carioca¹⁴, não causa estranheza que a decisão da UDN de se aliar ao PTB no Estado do Rio tivesse provocado um impacto tão poderoso no Distrito Federal. Afinal de contas, ao contrário do que ocorrera no estado vizinho, a UDN/DF construía sua identidade em oposição ao PTB, aqui identificado como a principal herança do getulismo. Desse modo, a repercussão do acordo UDN-PTB no Estado do Rio foi avaliada como profundamente negativa para as chances de vitória da UDN na capital federal, principalmente para a vaga no Senado a ser disputada entre Afonso Arinos e Lutero Vargas, filho e pretenso herdeiro de Getúlio na política carioca. Com grande peso no Diretório Nacional, as lideranças da UDN/DF, da envergadura nacional de um Adauto Lucio Cardoso, um Carlos Lacerda, ou um Afonso Arinos, rejeitaram o resultado da convenção de 11 de junho, detonando uma séria crise no partido em termos nacionais.

Tomando a si "a competência política para conhecer e se pronunciar sobre todo e qualquer acordo regional", o Diretório Nacional incumbiu Afonso Arinos de "articular uma solução".¹⁵ Se a curto prazo a saída da crise se restringia à "questão fluminense", a médio prazo o caminho indicado por Arinos foi a reforma constitucional prevendo a fusão do Distrito Federal com o Estado do Rio. Nesse caso, a solução Arinos visava matar dois coelhos de uma cajadada só: de um lado, apaziguava a política fluminense, já que o

¹¹ Ver *Correio da Manhã*, 11/7/1958.

¹² Citado por Lucia Hippolito, op.cit.,p.192.

¹³ Ver *Jornal do Brasil*, 14/8/1958.

¹⁴ Ver Marieta de Moraes Ferreira, *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*, Niterói, UFF, 1991 (tese de doutorado- mimeo).

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 8/7/1958.

governador e os deputados seriam eleitos apenas para um mandato-tampão de 18 meses, ou seja, até a fusão em 1960; de outro, resolvia a incógnita do futuro de um espaço político chave - a cidade do Rio de Janeiro -, permitindo que a UDN nele se colocasse favoravelmente, principalmente em relação às estratégicas eleições de 1960.

Apontada como a saída para a crise da UDN fluminense, a perspectiva de fusão do Distrito Federal com o Estado do Rio colocou em foco o futuro da cidade do Rio de Janeiro. E, se essa conjuntura política teve um peso expressivo no debate que ocupou as páginas da imprensa carioca ao longo dos meses de julho e agosto de 1958, uma primeira abordagem desse material revela, no entanto, que o ponto central que comandou toda essa discussão foi a condição de capital ostentada pela cidade há mais de um século, o que aliás ficou evidente no editorial do *Jornal do Brasil*, de 17 de julho, sugestivamente intitulado “O destino do Distrito Federal”:

Reduzir o Rio de grande capital do Império e da República a mera cidade ou capital de um estado que não é dos mais prósperos da União (...) três milhões de cariocas passariam a gravitar na órbita de dois milhões de fluminenses e à política municipal se somaria a provinciana...

. Ser capital e virar estado...

Sedes da autoridade do Estado, dos órgãos do governo e da administração pública, comandando o movimento militar, controlando as principais rotas de comércio e a distribuição de recursos financeiros, monopolizando a arte, a cultura e o gosto, as cidades-capitais tornaram-se um objeto particularmente atraente para estudos que privilegiaram a cidade como o lugar da cultura e da política. Núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, essas cidades exerceram, cada uma à sua maneira, a função de foco da civilização, pólo da modernidade, baluarte da unidade, teatro do poder, e lugar de memória.¹⁶ No caso brasileiro, é amplamente reconhecido pela historiografia o papel central

¹⁶ Ver, dentre outros, Lewis Mumford, *A cidade na História*, São Paulo, Martins Fontes, 1982; Giulio Argan, *L'Europe des capitales*, Genebra, Albert Skira, 1964; Norbert Elias, *A sociedade de corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, e *La civilisation des mœurs*, Paris, Calman-Levy, 1973; Carl Schorske, *Viena fin-de-siècle: política e cultura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988; Alain Corbin, Paris-province, em Pierre Nora(org.), *Les lieux de mémoire*, Les France, vol.I, Paris, Gallimard, 1992 ; Maurice Agulhon, Paris, em Pierre Nora(org.), *Les lieux de mémoire*, Les France, vol.III, Paris, Gallimard, 1992 ; Georges Balandier, *O poder em cena*, Brasília, Editora da UNB, 1980; ; Angel Rama, *A cidade das letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985 .

que a cidade do Rio de Janeiro ocupou no processo de montagem do Estado imperial e de construção da nação brasileira.¹⁷ Do mesmo modo, a expressiva bibliografia sobre a implantação do regime republicano procura detectar as transformações que então sacudiam o país, "desmontando" o cenário onde tudo ocorreu. O Rio de Janeiro, palco personagem dessas mudanças, seria assim o laboratório onde se teria gestado uma nova ordem econômica, social e política, a "ordem republicana".¹⁸

Não é pois difícil entender porque a questão da capitalidade se transformou no ponto nevrálgico do encaminhamento da "solução carioca". A começar pelo caráter provisório, instável e ambíguo da ordenação política da capital federal desde os primórdios republicanos¹⁹, caráter que claramente se configurava na ausência de uma legislação que definisse a situação da cidade do Rio de Janeiro após a mudança da capital para Brasília. Os dois textos legais que tratavam do tema - a Constituição de 1946, indicando a criação do Estado da Guanabara, e a Emenda Mozart Lago, prevendo a eleição direta para a prefeitura do Rio em 1960 - pecavam pela excessiva generalidade. Como bem alertou Lopo Coelho, pessedista carioca e relator da comissão que estudava as necessidades do futuro estado, "a Guanabara boiava no ar".²⁰ Foi pois à sombra de um arcabouço jurídico ambíguo e genérico que se abriram três opções para o futuro da ex-capital federal: território; Estado da Guanabara; e fusão com o Estado do Rio.

A transformação do Rio de Janeiro em Território da Guanabara__ estava comprometida, em larga medida, com o desígnio de preservar a cidade como uma área

¹⁷ Ver, principalmente, Eulália M.L.Lobo, *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, 2 volumes, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978; Maria Odila Silva Dias, A interiorização da metrópole(1808-1835), em Carlos Guilherme Mota(org.), *1822: Dimensões*, São Paulo, Difel, 1972; Artur Cesar F.Reis, A província do Rio de Janeiro e o Município Neutro, em Sergio Buarque de Hollanda(org.), *O Brasil Monárquico*, História Geral da Civilização Brasileira, vol.II, tomo 2, São Paulo, Difel, 1977; Ilmar R. de Mattos, *O tempo Squarema*, São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1987; Manoel L.S.Guimarães, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, I (1), 1988.

¹⁸ Citaria especialmente José Murilo de Carvalho, *Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 ; Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983 ; Jaime L.Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical - a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990 ; Margarida de Sousa Neves, *As vitrines do progresso*, Rio de Janeiro, PUC/FINEP, 1986 (mimeo), e *Brasil, acertai vossos ponteiros*, Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991.

¹⁹ Ver Ana Marta R.Bastos, *O Conselho de Intendência Municipal: autonomia e instabilidade(1889-1892)*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984 (mimeo); Elizabeth von der Weid, *O prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na capital da República*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984 (mimeo).

²⁰ *Correio da Manhã*, 18/7/1958.

especial no quadro da federação brasileira, mantendo, de certo modo, os "privilégios" e as "restrições" inerentes a uma capital. Oriunda do Catete, pela voz do novo ministro da Justiça, Cirilo Junior²¹, a solução "território", se, por um lado, podia ser considerada a "mais simples e vantajosa" - o custeio dos serviços judiciários e policiais continuaria a cargo da União²² - por outro, era percebida como uma séria ameaça à autonomia recentemente conquistada pelo Distrito Federal, já que continuava intacto o direito de intervenção federal na ex-capital. Tratava-se, sem dúvida, de uma proposta que buscava congelar a disputa política nesse espaço, visando, dessa forma, mantê-lo como uma peça "neutra" no complexo jogo eleitoral com vistas à campanha presidencial de 1960. Daí a reação contrária que tal iniciativa despertou no meio político carioca, principalmente nas hostes udenistas, que não hesitaram em denunciá-la como uma manobra dos "chefes militares do 11 de novembro" para evitar a posse de "um governo udenista comandando a Polícia Militar do Distrito transformado em Estado".²³ Mas se a intervenção federal era um temido fantasma a ser exorcizado, não era, no entanto, o único. Mais ameaçadora era a "impensável" transformação da ex-capital republicana num "simples território como o Acre".²⁴

Elemento de peso em qualquer decisão sobre o futuro da cidade, o passado do Rio de Janeiro como cabeça do país é um fator relevante para a análise das propostas que, nesse momento, discutiam a criação do Estado da Guanabara ou a fusão com o Estado do Rio.

Sobre a viabilidade do Estado da Guanabara, o ponto central da discussão foi a possibilidade da ex-capital vir a se tornar mais um estado na federação, com organização jurídico-política semelhante aos demais, ou, ao contrário, ser um estado especial, uma cidade-estado, tal como Mônaco. Se a pequena extensão territorial da Guanabara - um "estado pigmeu", na expressão de alguns²⁵ - parecia ser um obstáculo à sua transformação em uma unidade federativa tradicional (divisão em municípios, câmaras de vereadores, prefeitos...), era, no entanto, o **status** especial de capital, que desfrutara por tanto tempo, o maior empecilho à sua inserção, como um membro "normal", no quadro federativo brasileiro. É bastante corrente, nesse momento, a idéia de que

²¹ Território da Guanabara, *Tribuna da Imprensa*, 7/8/1958.

²² Estado, território ou reintegração ao Estado do Rio ?, *Jornal do Brasil*, 12/7/1958.

²³ Território da Guanabara, op.cit..

²⁴ Intervenção no Distrito, *Tribuna da Imprensa*, 3/9/1958.

²⁵ Jonas Bahiense, Que será do Rio ?, *Correio da Manhã*, 16/7/1958.

"a cidade do Rio de Janeiro já tomou feição tão particular - pelo fato de ter sido Capital do Império e de continuar sendo a Capital da República - que ela se distingue claramente não só da velha província fluminense, como dos demais Estados da União".²⁶

A capitalidade teria imprimido à Guanabara um padrão político que a diferenciava dos demais estados em pelo menos dois aspectos fundamentais: na ausência de provincianismo e no desprezo pela política local. Como fica claro pelos depoimentos abaixo citados, a "vocação metropolitana" do Rio de Janeiro, bem como a sua "completa politização", afastariam o novo estado dos "valores provincianos" e do "caciquismo":

Podíamos dizer que, no Brasil, fora o Rio e São Paulo, tudo o mais é província(...) Quer queiram quer não os mineiros que agora nos governam, e os fluminenses que hospedamos cordialmente, mas que ainda não nos governam, o Rio de Janeiro, através de sua história, graças a seu desenvolvimento social por ter sido a Corte e depois a Capital republicana, possui características psicológicas que devem ser preservadas, que enriquecem a cultura nacional..."²⁷

"(...) na única vez que o povo carioca conseguiu eleger seu governador (...) o Distrito Federal teve o seu maior prefeito - Pedro Ernesto - (...) evidenciando sua completa politização, **não existindo, como em vários Estados, o caciquismo...**"²⁸

Agente da centralização e baluarte da unidade nacional, coubera à ex-Corte imperial anular a visão localista e provinciana, contrapondo padrões e normas "civilizados", vale dizer, importados do estrangeiro. Como bem destaca Artur Cesar Ferreira Reis, a condição requerida para que o Rio de Janeiro viesse a exercer o papel de "centro aglutinador das vontades nacionais" fora a renúncia ao jogo político local, ou seja, o afastamento dessas "forças perturbadoras" que poderiam impedir a cidade-capital de ser "o ponto de encontro das áreas regionais". Para "disciplinar" tais áreas, aplainando seus "anseios" que poderiam comprometer a frágil unidade nacional, foi preciso que o Município Neutro se mantivesse distante das "paixões locais".²⁹

A marca de cidade-capital carregada pelo Rio de Janeiro era igualmente a questão-chave a ser resolvida pelos defensores da fusão, já que se tratava de definir o lugar a ser

²⁶ Thomas Leonardos, Que será do Rio ?, *Correio da Manhã*, 15/8/1958.

²⁷ José Artur Rios, Que será do Rio ?, *Correio da Manhã*, 6/8/1958.

²⁸ Dulcídio Cardoso, Que será do Rio ?, *Correio da Manhã*, 16/8/1958.

²⁹ Artur Cesar F.Reis, op.cit., p.334-35.

ocupado pelo ex-Distrito Federal no novo Estado do Rio. Ou seja, o Rio de Janeiro deveria se tornar capital estadual, ou apenas uma cidade comum. As opiniões se dividiam. Alguns, como o geógrafo Alberto Lamago, achavam que

"a capital do novo estado deveria ser deslocada para Petrópolis, Friburgo, ou qualquer outra cidade nas proximidades do centro geográfico fluminense(...) Continuaría o Rio como grande centro comercial que já é, e se evitariam maiores agitações políticas aqui. Pois não é esse um dos motivos para a transferência para Brasília? ".³⁰

Tal proposta, defendendo um certo esvaziamento político da cidade do Rio de Janeiro, refletia, sem dúvida, o temor de muitos fluminenses de que a ex-capital pudesse "esmagar a velha província ". O medo da "suburbanização" do Estado do Rio se revelava, por exemplo, na temerosa observação de Edgard Teixeira Leite, influente cafeicultor do Vale do Paraíba, de que, com a fusão, " Campos passaria a valer tanto quanto Braz de Pina ", e os fluminenses teriam como governador " políticos do Distrito Federal que talvez nunca tivessem ido a Niterói ".³¹

De outro lado, estavam aqueles que consideravam vantajosa para o novo estado

"o predomínio da antiga Matrópole na política e administração do novo estado. A mais rica cidade do mundo, Nova Iorque, não se sentiu jamais diminuída por não ser sequer capital do estado do mesmo nome..."³²

É recorrente a designação de Nova Iorque, "capital do mundo", como o modelo a ser seguido pelo Rio, numa clara indicação de que a sua transformação em capital estadual não significaria, de modo algum, uma perda do **status** especial há tanto desfrutado. Como afirmou o ex-prefeito carioca Mendes de Moraes (1947-51), com a fusão

" teríamos um grande Estado, com cerca de 20 bilhões de receita, cinco milhões de habitantes, um grande porto comum, uma grande rede industrial, e o Rio continuaria a ser a grande Capital, a cidade maravilhosa, a New York do Brasil".³³

Pode-se, assim, notar que a incorporação (ou a reincorporação, no dizer de alguns) de uma " metrópole do porte do Rio " à região fluminense era percebida de maneira

³⁰ Alberto Lamago, Que será do Rio?, *Correio da Manhã*, 19/7/1958.

³¹ Edgard Teixeira Leite, Que será do Rio?, *Correio da Manhã*, 31/7/1958.

³² O destino do Distrito Federal, *Jornal do Brasil*, 17/7/1958.

³³ Mendes de Moraes, Que será do Rio?, *Correio da Manhã*, 12/7/1958.

contraditória. De um lado, a fusão parecia ameaçar a estabilidade do velho estado, transformando-o " numa espécie suburbana de terceira categoria, mero caudatário do Distrito Federal ".³⁴ De outro, no entanto, podia-lhe oferecer a oportunidade de dispor de " um grande centro verdadeiramente metropolitano " que, ao " desempenhar papel importante como centro de irradiação de benefícios ", possibilitaria ao novo estado " ter voz ativa na República ".³⁵ Desse modo, a anexação do ex-Distrito Federal preencheria as condições necessárias, em termos econômicos, políticos, e sobretudo, culturais, à ascensão do Estado do Rio ao primeiro time da federação, contribuindo, inclusive, para a mudança do eixo da política nacional.

De qualquer modo, o que esteve sempre presente no debate foi a adequação de um determinado território à ex-capital. Daí inclusive a sugestão de transformá-la em capital do Estado da Mantiqueira que, englobando o Estado do Rio, o Distrito Federal, e parte de Minas Gerais, estaria à altura da " grandeza e da importância da cidade do Rio de Janeiro ".³⁶

A discussão sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro prolongou-se pelos dois anos seguintes, até a sua efetiva transformação em Estado da Guanabara, em 1960. Cabe notar, no entanto, que, a par algumas mudanças que se operaram em função de interesses políticos mais imediatos, desse debate jamais esteve ausente o componente estrutural da capitalidade. Desse modo, o x do problema, capaz de dividir tanto os defensores da fusão quanto os "guanabarinós", era descobrir que identidade político-administrativa deveria ser adotada pela "grande capital do Império e da República". O futuro revelou que essa era uma questão de difícil solução.

³⁴ Edgard T. Leite, op.cit..

³⁵ Diogo Lordello de Mello, Que será do Rio?, *Correio da Manhã*, 23/7/1958.

³⁶ Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio, Que será do Rio?, *Correio da Manhã*, 29/7/1958.